



# FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA PARA ATUAÇÃO NO SUS: UM LEVANTAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS<sup>1</sup>

Franklin Raniery<sup>2</sup>

Ana Carla da Conceição Nunes<sup>3</sup>

Diogo Gonçalves de Souza de Oliveira<sup>4</sup>

Patricia Pinto Xavier<sup>5</sup>

Profa. Luiza Costa<sup>6</sup>

Philippe Rohan<sup>7</sup>

Renata Veloso Vasconcelos<sup>8</sup>

*PALAVRAS-CHAVE: Formação em Educação Física; Saúde Coletiva; Sistema Único de Saúde.*

## INTRODUÇÃO

A recente inserção do Profissional de Educação Física (PEF) na Atenção primária à Saúde (APS) traz à tona o debate sobre a atual estrutura dos cursos de graduação e o paradigma médico-higienista ainda vigente na categoria e seus reflexos acerca do real papel deste profissional no campo.

Luz (2007) ressalta a complexidade da Educação Física como área de conhecimento, buscando, durante o século XX, legitimação científica através do campo biomédico. Esse movimento busca estabelecer uma relação de causa e efeito da atividade física e saúde, tendo como alavanca o estudo realizado por Morris et al. (1953), seguido por outros trabalhos de destaque Blair et al. (1993), Pate et al. (1995) entre outros. O processo de superação desse tipo de formação no Brasil, passa pelo debate do que é saúde para a Educação Física. Nesse cenário, alguns autores como Palma (2001), Carvalho (2001) e Fraga (2006), entre outros, o fomentam.

Por outro lado, as políticas de saúde no Brasil acompanham alguns vieses internacionais, como a exemplo da primeira Conferência Internacional de Promoção da Saúde, em 1986, que foi a base para a publicação da Política Nacional de

1 Este resumo foi produzido pelos integrantes do Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPq: Observatório de Práticas Corporais e Saúde

2 Prof. Esp. Centro Universitário Augusto Motta. franklinranieryedf@gmail.com

3 Profa. Centro Universitário Augusto Motta, carlaconceicao33@hotmail.com

4 Prof. Ms. Universidade Federal do Rio de Janeiro, prof.diogo.oliveira@hotmail.com

5 Profa. Esp. Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, patriciaxedf@gmail.com

6 Prof. Mst. Centro Universitário Augusto Motta, coord.luizacosta@gmail.com

7 Profa. Dda. Universidade Federal Fluminense, philipperohan@id.uff.br

8 Fundação Oswaldo Cruz. Renatavv04@gmail.com

Promoção da Saúde (PNPS), em 2006. A PNPS trouxe sete eixos temáticos, sendo um deles a Prática Corporal e Atividade Física, propiciando uma maior abertura para a Educação Física no Sistema Único de Saúde (SUS), principalmente na atenção primária à saúde (APS).

Em 2008 é publicada a portaria 154<sup>9</sup>, com a criação do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) para a ampliação e abrangência da atuação em apoio às equipes de saúde da família. O PEF é um dos componentes do NASF.

Em 2009 houve a publicação das Diretrizes do NASF, que apresentam as atribuições do PEF, devendo transcender o caráter biológico da sua intervenção e considerar os múltiplos determinantes e condicionantes da saúde, através do trabalho em equipe (BRASIL, 2009).

Fraga, Carvalho e Gomes (2012) evidenciam que pensar a formação da Educação Física no que tange à saúde coletiva é bem complexo e pouco explorado, demonstrando a necessidade de uma rede colaborativa para sua ampliação.

A formação na Educação Física voltada para o SUS ainda está se constituindo dentro deste cenário. O Conselho Federal de Educação Física (2010/2017, p. 46<sup>10</sup>) aponta que, “ao intervir na saúde o profissional de Educação Física deve atuar em áreas/funções para as quais possua conhecimento técnico e capacidades específicas”, o que de acordo com Resolução nº 046/2002/CONFEF<sup>11</sup> referindo-se a aquele que realiza a graduação em Educação Física (bacharel). Entretanto de acordo com Portaria Nº 256 DO Ministério da Saúde, de 11 de março de 2013<sup>12</sup>, O “profissional de Educação Física na saúde é o profissional de nível superior, graduado em quaisquer das duas modalidades: licenciatura e bacharelado em Educação Física”. Tendo por base a relevância do entendimento desse processo, este estudo tem como objetivo apresentar o quantitativo de instituições de ensino superior (IES) públicas com os cursos (licenciatura/bacharelado), relacionando as possibilidades de atuação no SUS de acordo com a realidade de formação em cada estado brasileiro, ressalta-se que este estudo é a primeira etapa de uma análise mais aprofundada da formação pública em Educação Física voltada para o SUS.

## MÉTODO

Foi realizado no primeiro momento um levantamento no portal do Ministério da Educação (e-MEC) em todas as IES públicas brasileiras. Em um segundo momento verificou-se a predominância dos cursos por estado.

## RESULTADOS

A partir do levantamento no e-MEC foi possível evidenciar um maior número de IES com formação em licenciatura. Em alguns estados só possuem a formação

9 Disponível em: [http://dab.saude.gov.br/docs/legislacao/portaria154\\_24\\_01\\_08.pdf](http://dab.saude.gov.br/docs/legislacao/portaria154_24_01_08.pdf) Acesso em: 20 mar. 2009.

10 Disponível em: [http://www.listasconfef.org.br/arquivos/Livro\\_Recomendacoes.pdf](http://www.listasconfef.org.br/arquivos/Livro_Recomendacoes.pdf) Acesso em: 20 jan. 2017.

11 Disponível em: [http://www.confef.org.br/extra/resolucoes/conteudo.asp?cd\\_resol=82](http://www.confef.org.br/extra/resolucoes/conteudo.asp?cd_resol=82) Acesso em: 20 jan. 2017.

12 Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2013/prt0256\\_11\\_03\\_2013.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2013/prt0256_11_03_2013.html) Acesso em: 12 jan. 2017.

pública em licenciatura.

Quadro 1: Dados por região

	Licenciatura	Bacharelado
Região Norte	49	18
Região Nordeste	96	13
Região Centro-Oeste	35	04
Região Sudeste	62	35
Região Sul	30	15

Fonte: e-MEC

A região que possui o maior número de cursos de bacharelado é a sudeste (35). É interessante destacar que a região nordeste apresenta o maior número de cursos de Educação Física (109), mas com apenas 13 de bacharelado.

Acre, Rondônia, Roraima<sup>13</sup>, Amapá, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Piauí e Bahia não possuem curso de bacharelado em IES públicas. Bahia, entretanto, é o estado que possui o maior número de cursos de Educação Física em IES públicas no Brasil (41).

Os estados do Pará, Mato Grosso, Alagoas, Sergipe e Espírito Santo possuem apenas um curso de bacharelado. Goiás, Paraíba e Rio Grande do Norte, também têm pouca oferta (2).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reserva mercadológica pretendida pelo CONFEF não está coadunando com a formação pública existente na maioria dos estados brasileiros. Além disso, a atuação na atenção primária à saúde tem o seu pilar na educação em saúde, o que revela uma importante contribuição da formação em licenciatura, demonstrando ainda que a Educação Física precisa repensar sua formação disciplinar e buscar a abordagem temática, como propõe Santos (2003, p. 46), quando aborda o encaminhamento para um paradigma emergente, onde o saber se constitui de maneira não fragmentada, pois “procede pela diferenciação e pelo alastramento das raízes em busca de novas e mais variadas interfaces”.

## REFERÊNCIAS

BLAIR, S. C.H. McCloy research lecture: physical activity, physical fitness, and health.

**Research Quarterly for Exercise and Sport**, v. 64, n. 4, p. 365-76, 1993.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Diretrizes do NASF**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

CARVALHO, Y. M. Atividade física e saúde: onde está e quem é o “sujeito” da relação?

**Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 9-21, jan. 2001.

FRAGA, A. B. **Exercício da informação: governo dos corpos no mercado da vida ativa**. Campinas: Autores Associados, 2006.

LUZ, M. T. Educação Física e saúde coletiva: papel estratégico da área e possibilidades quanto ao ensino na graduação e integração na rede de serviços públicos de saúde. In: FRAGA, A.B.; WACHS, F. **Educação Física e saúde coletiva: políticas de formação e**

<sup>13</sup> No portal do MEC constam dois cursos de licenciatura em Educação Física em Boa Vista, entretanto, ao fazer a pesquisa no sítio da Universidade Federal de Roraima, não foi possível encontrar a Educação Física na relação de cursos.

**perspectiva de intervenção.** Rio Grande do Sul: editora UFRGS, 2007. p. 9-17.

MORRIS J. N. *et al.* Coronary heart-disease and physical activity of work. **Lancet**, v. 28, n. 265 (6796), p. 1111-1120, nov. 1953.

PALMA, A. Educação Física, corpo e saúde: uma reflexão sobre outros “modos de olhar”. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 23-39, jan. 2001.

PATE, R. R. *et al.* Physical activity and health: dose-response issues. American Alliance for Health, **Physical Education, Recreation and Dance** v. 4, n. 66, p. 313-317, 1995.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências.** 13. ed. São Paulo: Cortez, 2003.